



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SANTA CATARINA**

UFSC NA MÍDIA - CLIPPING



Agcom
Agência de
Comunicação
da UFSC

28 e 29 de outubro de 2017

Diário Catarinense e A Notícia
Moacir Pereira
"Inquérito do Reitor"

Inquérito do Reitor / Polícia Civil / Morte / Reitor / Luiz Carlos Cancellier de Olivo / Suicídio / Eduardo Mattos / IML / Justiça Criminal da Capital

**INQUÉRITO
DO REITOR**

A Polícia Civil concluiu o inquérito sobre a morte do reitor Luiz Carlos Cancellier de Olivo, ocorrida em 2 de outubro, e confirmou o caso de suicídio. O documento, assinado pelo delegado Eduardo Mattos, teve como base exames realizados, depoimento de testemunhas, as filmagens das câmeras do shopping e o teor dos laudos periciais emitidos pelo IML. Concluído na quarta-feira (25/10), o inquérito segue agora para a Justiça criminal da Capital, que decidirá se arquiva ou não a investigação iniciada quando o reitor foi encontrado morto.

Diário Catarinense e A Notícia
Moacir Pereira
"Documentário"

Documentário / Jailson Lima da Silva / Em nome da inocência: Justiça / Prisão / Morte / Reitor / / Luiz Carlos Cancellier de Olivo / Lédio Rosa de Andrade / Sérgio Giron / Edike Carneiro / Fernando Carvalho / Rafaela Martins / Luiz Peixoto

DOCUMENTÁRIO

MÉDICO E EX-DEPUTADO JAILSON LIMA DA SILVA ANUNCIOU PARA O FIM DE NOVEMBRO O LANÇAMENTO DO DOCUMENTÁRIO "EM NOME DA INOCÊNCIA: JUSTIÇA", SOBRE A PRISÃO E A MORTE DO REITOR LUIZ CARLOS CANCELLIER DE OLIVO. O PROJETO É DELE E DO DESEMBARGADOR LÉDIO ROSA DE ANDRADE. A DIREÇÃO E PRODUÇÃO ESTÁ A CARGO DE SÉRGIO GIRON E EDIKE CARNEIRO, TENDO COMO DIRETOR DE FOTOGRAFIA FERNANDO CARVALHO E PARTICIPAÇÃO DE RAFAELA MARTINS E LUIZ PEIXOTO. VÁRIAS AUTORIDADES ESTÃO SENDO OUVIDAS.

Notícias do Dia
Mosaico
"Imagens & textos"

Imagens & textos / Fotografias / Tasso Scherer / Hall da Reitoria / UFSC /
Mostra / Florianópolis



Notícias do Dia
Hélio Costa
"Terezinha"

Terezinha / Florianópolis / Documentos / Diarista / Videira / Escritório
Modelo de Assistência Jurídica / UFSC / Delegacia de Pessoas Desaparecidas
/ Vanderlei Redondo / Carteira de Identidade / Certidão de Nascimento /
Título de Eleitor



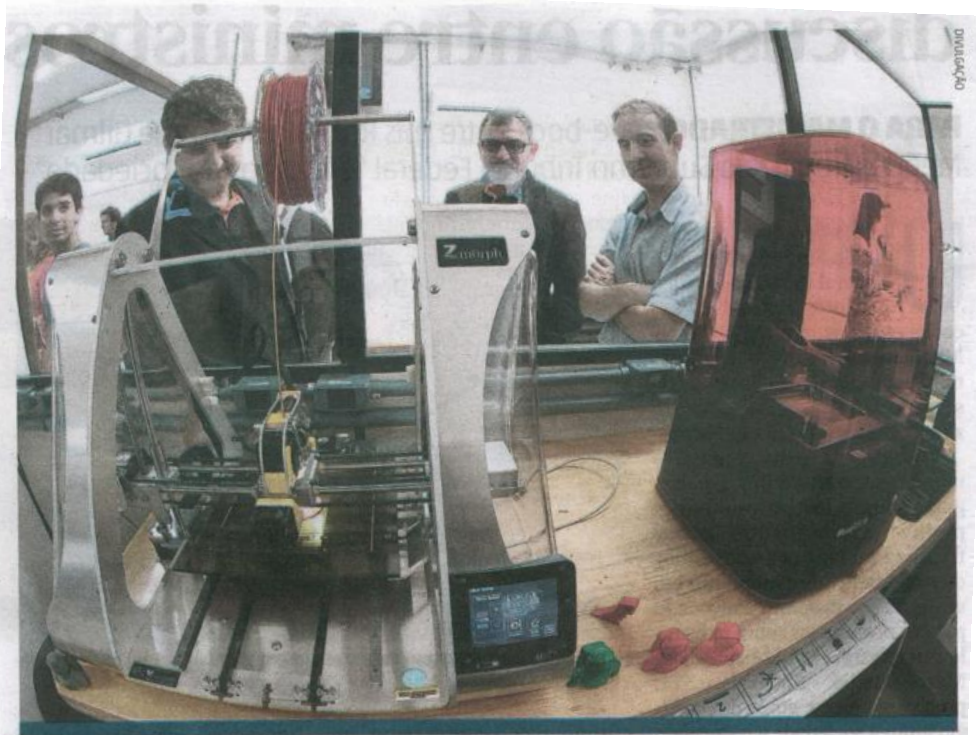
Diário Catarinense
Cacau Menezes
"Danger"

Danger / Reitoria / UFSC / Crise / Gabinete da Reitora

DANGER
Com a debandada de vice-reitores e assessores da reitoria da UFSC nos últimos dias, tudo indica uma séria crise no gabinete da reitora. Tão grave, mas tão grave, que é melhor fechar o shopping por uma semana.

Diário Catarinense
Cláudio Loertz
"Laboratório inaugurado"

Laboratório inaugurado / Condomínio Perini / Fitej Lab / Impressora 3D / Manufatura digital / Marcelo Hack / Perini Business Park / Inoparq / Campus / Joinville / Universidade Federal de Santa Catarina / UFSC



LABORATÓRIO INAUGURADO

Foi inaugurado, no Condomínio Perini, o Fitej Lab, um laboratório com equipamentos de ponta para atender às empresas da região e à comunidade nos segmentos de modelagem em impressora 3D, manufatura digital, entre outros.

De acordo com Marcelo Hack, presidente do Perini Business Park, o Fitej Lab faz parte

de uma tendência do Perini de promover a aproximação entre indústria e conhecimento para desenvolver projetos que gerem valor.

Em 2016, chegou o Inovaparq. A partir de março de 2018, estará funcionando o campus de Joinville da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Diário Catarinense
Sua Vida / Contracapa
"Expressão dos últimos desejos"

Expressão dos últimos desejos / Saúde / Paciente terminal / Diagnóstico / Morte / Cura / Sobrevida / Sofrimento / Eutanásia / Ortotanásia / Dor / Testamento vital / Conselho Federal de Medicina / CFM / Brasil / Roberto D'Avila / Associação dos Notários e Registradores do Brasil – SC / Anoreg-SC / Anna Christina Ribeiro Neto Menegatti / Código Civil / Isabela Saioron / Doutoranda / Universidade Federal de Santa Catarina / UFSC / Morte encefálica / Ordem dos Advogados do Brasil / Roberto Pugliesi / Colégio Notarial do Brasil / Federação dos Hospitais, Clínicas, Casas de Saúde, Laboratórios de Pesquisa e Análises Clínicas e Demais Estabelecimentos de Serviços de Saúde do Estado de São Paulo / Ministério da Saúde / Ledronete Silvestre / Política Nacional de Humanização da Pasta / Associação Catarinense de Medicina / ACM / Rafael Klee de Vasconcellos / SUS / Conselho Regional de Medicina em Santa Catarina / CRM-SC / Família / Luciana Dadalto / Centro dem Pesquisas Oncológicas de Santa Catarina / Cepon / Lauren Provin





Enfermeira Isabela Saieron é uma dos 42 catarinenses que registraram o documento em cartório

EXPRESSÃO DOS ÚLTIMOS DESEJOS

TESTAMENTO VITAL, que permite que a pessoa comunique previamente as vontades quanto a procedimentos de saúde na hora da morte, ainda é pouco utilizado em Santa Catarina

GABRIELE DUARTE
gabriele.duarte@somosnsc.com.br

Imagine-se na condição de um paciente terminal: já sem capacidade de se comunicar, mas com o diagnóstico iminente da morte. De que forma você gostaria de passar os últimos dias? Em vez de delegar ao médico a missão de encontrar a cura onde as possibilidades de sobrevida são inexistentes, há quem prefira ser poupado de procedimentos considerados invasivos. No intuito de abreviar o sofrimento, esse público rejeita métodos como a intubação, mas opta por terapias que aliviam os sintomas finais até o último suspiro.

Não se trata do desligamento de aparelhos, mas do oposto à eutanásia: a ortotanásia, que foca na adoção de tratamentos capazes de controlar a dor de doenças irreversíveis. Esses pacientes encontram respaldo no testamento vital, documento por meio do qual a pessoa pode manifestar de antemão a quais tratamentos

não quer ser submetida no final da vida. Apesar de completar cinco anos em 2017, a resolução do Conselho Federal de Medicina (CFM) que regulamenta esse recurso ainda é pouco aplicada no país e em Santa Catarina. A insegurança jurídica, já que não há legislação específica que aborde a temática no Brasil, aliada à falta de profissionais especializados em tratamentos paliativos e ao tabu em relação à morte estão entre os motivos pelos quais as diretivas são raridade.

O médico catarinense Roberto D'Ávila, que presidiu o CFM de 2009 a 2014, explica a motivação do texto que aprovou em 2012. Ele caracteriza como excessivos os procedimentos que prolongam a morte com sofrimento e fora do convívio familiar, o que o testamento vital tenta evitar.

– Os médicos têm que reconhecer que, quando chega o momento, não se deve interferir, principalmente se era a vontade da pessoa. Mas quem escreve tem medo de não ter os desejos

respeitados. A família é o principal agente, que nega isso porque quer mais um dia de vida àquela pessoa – diz.

“AINDA EXISTE TABU”, DESTACA ESPECIALISTA

Desde 2012, somente 42 diretivas antecipadas de vontade, como o documento é conhecido nos cartórios, foram registradas por catarinenses. A vice-presidente da Associação dos Notários e Registradores do Brasil no Estado (Anoreg-SC), Anna Christina Ribeiro Neto Meneçatti, explica a pouca adesão ao método. A tabelã de Itajaí afirma que a falta de lei específica sobre esse momento não é um problema, porém, reconhece que as famílias podem processar os profissionais que seguirem as vontades expressas nos documentos.

– Os testamentos vitais não fere princípios constitucionais porque todos os requisitos para elaboração estão previstos no Código Civil. Na verdade, o que

se vê é que existe pouca divulgação sobre a possibilidade de a pessoa escolher qual tratamento quer receber ou refutar – analisa.

Após estudar as últimas vontades dos pacientes no âmbito da enfermagem, Isabela Saieron, que é doutoranda na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), decidiu fazer o próprio registro em cartório. Assinou um documento afirmando que, em caso de morte encefálica, gostaria de ter os órgãos doados, além de ter o corpo cremado. Preferiu, por enquanto, não mencionar quais procedimentos gostaria de rejeitar caso um dia seja uma paciente terminal.

– É comum ver pessoas leigas recusando esse ou aquele tratamento. Mas até que ponto ela está informada sobre eles ou sobre a enfermidade que tanto teme? Então, ele pode colocar uma recusa que vai salvar a vida dele. Ou o avanço tecnológico vai tornar aquele procedimento menos invasivo – diz.

Por desconhecer uma aplica-

ção consistente do testamento vital, o advogado responsável pela presidência da comissão de direito notarial e registros da Ordem dos Advogados do Brasil em SC, Roberto Pugliesi, diz que a população ainda tem um tabu quando o assunto é morte.

– Até os testamentos comuns são mau vistos, então você imagina os vitais. Culturalmente, há um certo repúdio em se expor a última vontade através de testamento, porque muita gente pensa que está chamando a morte ou que é mau agouro – analisa.

Segundo dados do Colégio Notarial do Brasil, desde 2006 foram pouco mais de 3,1 mil testamentos vitais registrados no país. A Federação dos Hospitais, Clínicas, Casas de Saúde, Laboratórios de Pesquisas e Análises Clínicas e Demais Estabelecimentos de Serviços de Saúde do Estado de São Paulo tenta encaminhar um projeto de lei por meio do Ministério da Saúde. O tema é objeto de legislação nos EUA, na Espanha e em Portugal.

O DOCUMENTO

No testamento vital, os pacientes podem expressar de antemão a quais procedimentos não querem ser submetidos em uma eventual situação de doença terminal no futuro.

O que é?

O documento lista as vontades da pessoa em relação aos tratamentos a que pode ou não ser submetida em caso de doença terminal, tais como cirurgias, ventilação mecânica, uso de medicamentos ou reanimação pós-parada cardíaca. Além de impossibilidade de sobrevivência, também pode ser feito a fim de garantir o respeito a convicções religiosas, a exemplo das testemunhas de Jeová, que não recebem transfusão de sangue.

Quem pode fazer?

Diferentemente do testamento comum, o testamento vital é feito para ser aplicado em vida. Todas as pessoas

com mais de 18 anos podem registrar.

Quem garante o cumprimento?

A pessoa pode nomear um representante legal a fim de assegurar o cumprimento de suas intenções quando já não estiver mais bem. Nem mesmo o desejo da família pode prevalecer nesse caso.

Onde é registrado?

No prontuário do paciente, que tem validade legal, ou em cartório a custo médio de R\$ 40 em SC.

Há alguma situação em que não haja validade?

Somente se o procedimento em

questão infringir códigos de ética dos profissionais de saúde ou se for enxergada uma possibilidade de cura.

É aplicado em instituições de saúde no país?

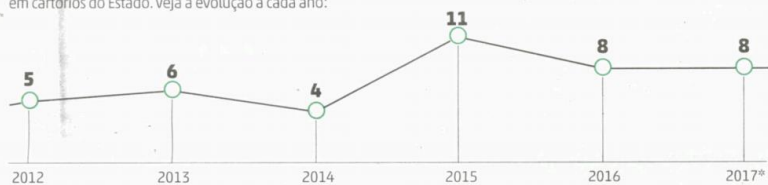
Profissionais de saúde relatam insegurança jurídica por conta da ausência de uma legislação específica. Então, os poucos registros nem sempre são cumpridos. Atualmente, a resolução do CFM, editada em 2012, ampara somente os médicos.

Existe respaldo no mundo?

Nos Estados Unidos, o testamento vital tem valor legal desde 1970. Portugal aprovou o documento em 2011.

REGISTROS EM SANTA CATARINA

Desde a criação da resolução do Conselho Federal de Medicina, em 2012, somente 42 testamentos vitais foram registrados em cartórios do Estado. Veja a evolução a cada ano:



*Até outubro Fonte: Central Notarial de Serviços Eletrônicos Compartilhados (CENSEC)

Vontade do paciente deve estar no prontuário

O testamento vital é utilizado ainda em vida e envolve bens materiais, por isso pode estar previsto no prontuário de cada paciente. Essa é a forma, inclusive, que a Secretaria de Estado da Saúde garante a autonomia de cada pessoa internada em hospitais públicos de Santa Catarina.

Os profissionais dos hospitais da secretaria tem conhecimento da resolução do CFM sobre o testamento vital. Mas, até o momento, nenhum paciente apresentou esse documento. Quem atua nas unidades sempre atende a vontade do paciente, familiares ou representante legal – garante

Ledronete Silvestre, que coordena a Política Nacional de Humanização da pasta.

Nesses espaços do Estado, também há um formulário para que a pessoa preencha conforme os interesses terapêuticos em um contexto de terminalidade. Ou de convicções religiosas, por exemplo, como é o caso do movimento Testemunhas de Jeová, que não aceita transfusões sanguíneas. No entanto, o presidente da Associação Catarinense de Medicina (ACM), Rafael Klee de Vasconcellos, cita duas dificuldades no respeito a essas vontades:

– O testamento vital exige um

posicionamento individual do paciente, que tem que deixar isso claro perante o seu médico e os seus familiares. O fato de não haver um sistema de prontuário único atrapalha, porque o paciente do SUS ou até de convênio não está sempre circulando no mesmo ambiente ou no mesmo médico. Ou os familiares não concordam com aquilo – diz.

Procurado, o Conselho Regional de Medicina em Santa Catarina (CRM-SC) também afirma que “ainda há muito o que fazer para ser um documento mais conhecido”, sem detalhar as ações tomadas para que isto aconteça.

Especialista defende a participação da família

Mesma recomendação de compartilhar a decisão prévia com profissionais de confiança da medicina e do direito tem a advogada mineira Luciana Dadalto, que administra o site Testamento Vital (www.testamentovital.com.br). Nesse contato anterior ao registro do testamento vital, é possível ter conhecimento a respeito das técnicas comumente utilizadas em doenças terminais, bem como saber de que forma é possível as elencar no documento, que é uma manifestação de livre vontade. A jurista que estuda a temática há uma década defende a participação da família nesse momento.

– Não existe um rol objetivo do que pode ser previsto. O testamento vital pode conter aceitação ou recusa de cuidados, tratamentos e procedimentos para o fim da vida. Não é possível prever disposições contra a lei vigente como, por exemplo, pedido de eutanásia. Conversar antes evita que a família seja surpreendida pelo documento em um momento em que o paciente não tem mais condições de se manifestar – defende.

Nessa conversa, é interessante destacar o potencial dos procedimentos que podem ser adotados a partir do momento em que não há mais cura para uma enfermidade, conforme defende a médica Lauren Provin. A profissional, que atua no serviço de suporte oncológico e cuidados paliativos do Centro de Pesquisas Oncológicas de Santa Catarina (Cepon), explica que essa abordagem dá conta de aliviar sintomas físicos, psicológicos, sociais e espirituais. E os pacientes têm desejado comunicar desde o diagnóstico aquilo que desejam, que reflète em alívio da dor, controle de sintoma de estresse, atendimento de emergência e, principalmente, reafirmação da vida.

“ Não existe um rol objetivo do que pode ser previsto. Em geral, o testamento vital pode conter aceitação ou recusa de cuidados, tratamentos e procedimentos para o fim da vida. Não é possível prever disposições contra a lei vigente como, por exemplo, pedido de eutanásia. Conversar antes evita que a família seja surpreendida pelo documento em um momento em que o paciente não tem mais condições de se manifestar.

LUCIANA DADALTO

advogada

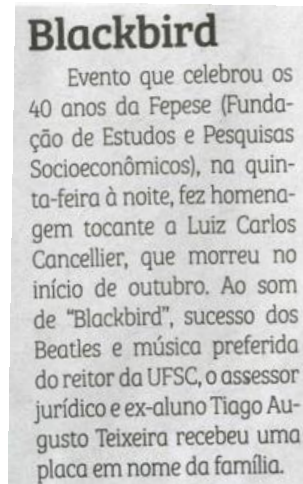
– A nossa sociedade pensa que vai morrer aos 90 anos lúcido e fazendo tudo o que faz hoje, mas não é verdade. Os estudos internacionais mostram que cada vez mais se morre com sintomas e mal atendimento. As pessoas estão pensando menos no conforto e na qualidade e mais em ter um dia a mais como for, e isso é assustador. É vida a qualquer custo – diz.

Debater o assunto em sala de aula pode contribuir para o esclarecimento em torno dos testamentos vitais. É o que almeja o professor do curso de medicina da Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoeste), Elcio Bonamigo, que aplica um modelo experimental em disciplinas de bioética e ética médica na graduação e pós-graduação.

– Nas aulas, tanto os médicos quanto os pacientes aceitam bem e atenderiam as vontades. Então essa mudança vai ser rápida. Agora, praticamente todos os alunos de direito, medicina e enfermagem já estão tendo esses conceitos dentro de seus estudos – projeta.

Notícias do Dia
Bom Dia
"Blackbird"

Blackbird / 40 anos / Fepese / Fundação de Estudos e Pesquisas Socioeconômicos / Homenagem / Luiz Carlos Cancellier de Olivo / Beatles / Reitor / UFSC / Tiago Augusto Teixeira



A Notícia
Notícias

"Expressão dos últimos desejos"

Expressão dos últimos desejos / Saúde / Paciente terminal / Diagnóstico / Morte / Cura / Sobrevida / Sofrimento / Eutanásia / Ortotanásia / Dor / Testamento vital / Conselho Federal de Medicina / CFM / Brasil / Roberto D'Avila / Associação dos Notários e Registradores do Brasil - SC / Anoreg-SC / Anna Christina Ribeiro Neto Menegatti / Código Civil / Isabela Saioron / Doutoranda / Universidade Federal de Santa Catarina / UFSC / Morte encefálica / Ordem dos Advogados do Brasil / Roberto Pugliesi / Colégio Notarial do Brasil / Federação dos Hospitais, Clínicas, Casas de Saúde, Laboratórios de Pesquisa e Análises Clínicas e Demais Estabelecimentos de Serviços de Saúde do Estado de São Paulo / Ministério da Saúde / Ledronete Silvestre / Política Nacional de Humanização da Pasta / Associação Catarinense de Medicina / ACM / Rafael Klee de Vasconcellos / SUS / Conselho Regional de Medicina em Santa Catarina / CRM-SC / Família / Luciana Dadalto / Centro dem Pesquisas Oncológicas de Santa Catarina / Cepon / Lauren Provin



Enfermeira Isabela Saionon é uma das 42 catarinenses que registraram o documento em cartório

EXPRESSÃO DOS ÚLTIMOS DESEJOS

TESTAMENTO VITAL, que permite que a pessoa comunique previamente as vontades quanto a procedimentos de saúde na hora da morte, ainda é pouco utilizado em Santa Catarina

GABRIELE DUARTE
gabriele.duarte@somnsc.com.br

Imagine-se na condição de um paciente terminal: já sem capacidade de se comunicar, mas com o diagnóstico iminente da morte. De que forma você gostaria de passar os últimos dias? Em vez de delegar ao médico a missão de encontrar a cura onde as possibilidades de sobrevivida são inexistentes, há quem prefira ser poupado de procedimentos considerados invasivos. No intuito de abreviar o sofrimento, esse público rejeita métodos como a intubação, mas opta por terapias que aliviam os sintomas finais até o último suspiro.

Não se trata do desligamento de aparelhos, mas do oposto à eutanásia: a ortotanásia, que foca na adoção de tratamentos capazes de controlar a dor de doenças irreversíveis. Esses pacientes encontram respaldo no testamento vital, documento por meio do qual a pessoa pode manifestar de antemão a quais tratamentos

não quer ser submetida no final da vida. Apesar de completar cinco anos em 2017, a resolução do Conselho Federal de Medicina (CFM) que regulamenta esse recurso ainda é pouco aplicada no país e em Santa Catarina. A insegurança jurídica, já que não há legislação específica que aborde a temática no Brasil, aliada à falta de profissionais especializados em tratamentos paliativos e ao tabu em relação à morte estão entre os motivos pelos quais as diretivas são raridade.

O médico catarinense Roberto D'Ávila, que presidiu o CFM de 2009 a 2014, explica a motivação do texto que aprovou em 2012. Ele caracteriza como excessivos os procedimentos que prolongam a morte com sofrimento e fora do convívio familiar, o que o testamento vital tenta evitar.

– Os médicos têm que reconhecer que, quando chega o momento, não se deve interferir, principalmente se era a vontade da pessoa. Mas quem escreve tem medo de não ter os desejos

respeitados. A família é o principal agente, que nega isso porque quer mais um dia de vida àquela pessoa – diz.

“AINDA EXISTE TABU”, DESTACA ESPECIALISTA

Desde 2012, somente 42 diretivas antecipadas de vontade, como o documento é conhecido nos cartórios, foram registradas por catarinenses. A vice-presidente da Associação dos Notários e Registradores do Brasil no Estado (Anoreg-SC), Anna Christina Ribeiro Neto Mene-gatti, explica a pouca adesão ao método. A tabeliã de Itajaí afirma que a falta de lei específica sobre esse momento não é um problema, porém, reconhece que as famílias podem processar os profissionais que seguirem as vontades expressas nos documentos.

– Os testamentos vitais não ferem princípios constitucionais porque todos os requisitos para elaboração estão previstos no Código Civil. Na verdade, o que

se vê é que existe pouca divulgação sobre a possibilidade de a pessoa escolher qual tratamento quer receber ou refutar – analisa.

Após estudar as últimas vontades dos pacientes no âmbito da enfermagem, Isabela Saionon, que é doutoranda na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), decidiu fazer o próprio registro em cartório. Assinou um documento afirmando que, em caso de morte encefálica, gostaria de ter os órgãos doados, além de ter o corpo cremado. Preferiu, por enquanto, não mencionar quais procedimentos gostaria de rejeitar caso um dia seja um paciente terminal.

– É comum ver pessoas leigas recusando esse ou aquele tratamento. Mas até que ponto ela está informada sobre eles ou sobre a enfermidade que tanto teme? Então, ele pode colocar uma recusa que vai salvar a vida dele. Ou o avanço tecnológico vai tornar aquele procedimento menos invasivo – diz.

Por desconhecer uma aplica-

ção consistente do testamento vital, o advogado responsável pela presidência da comissão de direito notarial e registros da Ordem dos Advogados do Brasil em SC, Roberto Pugliesi, diz que a população ainda tem um tabu quando o assunto é morte.

– Até os testamentos comuns são mau vistos, então você imagina os vitais. Culturalmente, há um certo repúdio em se expor a última vontade através de testamento, porque muita gente pensa que está chamando a morte ou que é mau agouro – analisa.

Segundo dados do Colégio Notarial do Brasil, desde 2006 foram pouco mais de 3,1 mil testamentos vitais registrados no país. A Federação dos Hospitais, Clínicas, Casas de Saúde, Laboratórios de Pesquisas e Análises Clínicas e Demais Estabelecimentos de Serviços de Saúde do Estado de São Paulo tenta encaminhar um projeto de lei por meio do Ministério da Saúde. O tema é objeto de legislação nos EUA, na Espanha e em Portugal.

O DOCUMENTO

No testamento vital, os pacientes podem expressar de antemão a quais procedimentos não querem ser submetidos em uma eventual situação de doença terminal no futuro.

O que é?

O documento lista as vontades da pessoa em relação aos tratamentos a que pode ou não ser submetida em caso de doença terminal, tais como cirurgias, ventilação mecânica, uso de medicamentos ou reanimação pós-parada cardíaca. Além de impossibilidade de sobrevivência, também pode ser feito a fim de garantir o respeito a convicções religiosas, a exemplo das testemunhas de Jeová, que não recebem transfusão de sangue.

Quem pode fazer?

Diferentemente do testamento comum, o testamento vital é feito para ser aplicado em vida. Todas as pessoas

com mais de 18 anos podem registrar.

Quem garante o cumprimento?

A pessoa pode nomear um representante legal a fim de assegurar o cumprimento de suas intenções quando já não estiver mais bem. Nem mesmo o desejo da família pode prevalecer nesse caso.

Onde é registrado?

No prontuário do paciente, que tem validade legal, ou em cartório a custo médio de R\$ 40 em SC.

Há alguma situação em que não haja validade?

Somente se o procedimento em

questão infringir códigos de ética dos profissionais de saúde ou se for enxergada uma possibilidade de cura.

É aplicado em instituições de saúde no país?

Profissionais de saúde relatam insegurança jurídica por conta da ausência de uma legislação específica. Então, os poucos registros nem sempre são cumpridos. Atualmente, a resolução do CFM, editada em 2012, ampara somente os médicos.

Existe respaldo no mundo?

Nos Estados Unidos, o testamento vital tem valor legal desde 1970. Portugal aprovou o documento em 2011.

REGISTROS EM SANTA CATARINA

Desde a criação da resolução do Conselho Federal de Medicina, em 2012, somente 42 testamentos vitais foram registrados em cartórios do Estado. Veja a evolução a cada ano:



*Até outubro Fonte: Central Notarial de Serviços Eletrônicos Compartilhados (CENSEC)

Vontade do paciente deve estar no prontuário

O testamento vital é utilizada ainda em vida e envolve bens materiais, por isso pode estar previsto no prontuário de cada paciente. Essa é a forma, inclusive, que a Secretaria de Estado da Saúde garante a autonomia de cada pessoa internada em hospitais públicos de Santa Catarina.

Os profissionais dos hospitais da secretaria tem conhecimento da resolução do CFM sobre o testamento vital. Mas, até o momento, nenhum paciente apresentou esse documento. Quem atua nas unidades sempre atende a vontade do paciente, familiares ou representante legal – garante

Ledronete Silvestre, que coordena a Política Nacional de Humanização da pasta.

Nesses espaços do Estado, também há um formulário para que a pessoa preencha conforme os interesses terapêuticos em um contexto de terminalidade. Ou de convicções religiosas, por exemplo, como é o caso do movimento Testemunhas de Jeová, que não aceita transfusões sanguíneas. No entanto, o presidente da Associação Catarinense de Medicina (ACM), Rafael Klee de Vasconcelos, cita duas dificuldades no respeito a esses vontades:

– O testamento vital exige um

posicionamento individual do paciente, que tem que deixar isso claro perante o seu médico e os seus familiares. O fato de não haver um sistema de prontuário único atrapalha, porque o paciente do SUS ou até de convênio não está sempre circulando no mesmo ambiente ou no mesmo médico. Ou os familiares não concordam com aquilo – diz.

Procurado, o Conselho Regional de Medicina em Santa Catarina (CRM-SC) também afirma que “ainda há muito o que fazer para ser um documento mais conhecido”, sem detalhar as ações tomadas para que isto aconteça.

Especialista defende a participação da família

Mesma recomendação de compartilhar a decisão prévia com profissionais de confiança da medicina e do direito tem a advogada mineira Luciana Dadalto, que administra o site Testamento Vital (www.testamentovital.com.br). Nesse contato anterior ao registro do testamento vital, é possível ter conhecimento a respeito das técnicas comumente utilizadas em doenças terminais, bem como saber de que forma é possível as elencar no documento, que é uma manifestação de livre vontade. A jurista que estuda a temática há uma década defende a participação da família nesse momento.

– Não existe um rol objetivo do que pode ser previsto. O testamento vital pode conter aceitação ou recusa de cuidados, tratamentos e procedimentos para o fim da vida. Não é possível prever disposições contra a lei vigente como, por exemplo, pedido de eutanásia. Conversar antes evita que a família seja surpreendida pelo documento em um momento em que o paciente não tem mais condições de se manifestar – defende.

Nessa conversa, é interessante destacar o potencial dos procedimentos que podem ser adotados a partir do momento em que não há mais cura para uma enfermidade, conforme defende a médica Lauren Provin. A profissional, que atua no serviço de suporte oncológico e cuidados paliativos do Centro de Pesquisas Oncológicas de Santa Catarina (Cepon), explica que essa abordagem dá conta de aliviar sintomas físicos, psicológicos, sociais e espirituais. E os pacientes têm desejado comunicar desde o diagnóstico aquilo que desejam, que reflète em alívio da dor, controle de sintoma de estresse, atendimento de emergência e, principalmente, reafirmação da vida.



Não existe um rol objetivo do que pode ser previsto. Em geral, o testamento vital pode conter aceitação ou recusa de cuidados, tratamentos e procedimentos para o fim da vida. Não é possível prever disposições contra a lei vigente como, por exemplo, pedido de eutanásia. Conversar antes evita que a família seja surpreendida pelo documento em um momento em que o paciente não tem mais condições de se manifestar.

LUCIANA DADALTO
advogada



– A nossa sociedade pensa que vai morrer aos 90 anos lucida e fazendo tudo o que faz hoje, mas não é verdade. Os estudos internacionais mostram que cada vez mais se morre com sintomas e mal atendimento. As pessoas estão pensando menos no conforto e na qualidade e mais em ter um dia a mais como for, e isso é assustador. É vida a qualquer custo – diz.

Debater o assunto em sala de aula pode contribuir para o esclarecimento em torno dos testamentos vitais. É o que almeja o professor do curso de medicina da Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoeste), Elcio Bonamigo, que aplica um modelo experimental em disciplinas de bioética e ética médica na graduação e pós-graduação.

– Nas aulas, tanto os médicos quanto os pacientes aceitam bem e atenderiam as vontades. Então essa mudança vai ser rápida. Agora, praticamente todos os alunos de direito, medicina e enfermagem já estão tendo esses conceitos dentro de seus estudos – projeta.

Notícias do Dia Região "Ônibus direto para a UFSC"

Ônibus direto para a UFSC / Sistema metropolitano de transporte / UFSC / Curso de Engenharia de Alimentos / Suderf / Superintendência de Desenvolvimento da Grande Florianópolis / Célio Sztoltz / Universidade Federal de Santa Catarina / Bianca Laurindo Arruda / São José / Curso de Serviço Social / Vanessa Zoraide Domingos / Ticen / Rede Integrada de Transporte Coletivo / Cassio Taniguchi / BRTs / Bus Rapid Transit

Editor: MARCOS HOROSTECKI
marcos.horostecki@noticiasdodia.com.br

NOTÍCIAS DO DIA
FLORIANÓPOLIS, SÁBADO E DOMINGO, 28 E 29 DE OUTUBRO DE 2017 **Região.19**

Ônibus direto para a UFSC

Novo sistema metropolitano de transporte avalia proposta apresentada pelas prefeituras

BRUNELA MARIA
redacao@noticiasdodia.com.br

Para cursar engenharia de alimentos na UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina), a estudante Bianca Laurindo Arruda, 19, de São José, divide o carro com o irmão. Como estudam em turnos separados, o veículo vai e volta da ilha pelo menos duas vezes por dia. Foi o único jeito que a família encontrou para driblar as deficiências do transporte público oferecido aos estudantes da Grande Florianópolis.

Bianca não poupa críticas à falta de opção hoje imposta a quem estuda na Capital mas reside nas cidades vizinhas. "Antes eu estudava em Blumenau e lá era muito fácil usar o transporte. Pegava quatro ônibus e tinha a integração em terminais, não pagava a mais por isso e sempre foi muito bom. Em 2015, voltei a morar aqui e senti na pele a realidade do transporte da região", comenta.

Para chegar na faculdade às 10 horas, era preciso sair de casa com no mínimo três horas de antecedência. Moradora do bairro Areias, em São José, Bianca também tinha medo dos assaltos, quando ficava sozinha no ponto e o ônibus não aparecia. "Meus pais ficaram com medo e resolvemos comprar um carro. Tirei minha habilitação para ir até à UFSC. Se tivesse um transporte mais adequado, com variedade de horários e agilidade no trajeto, não seria preciso optar pelo veículo", continua.

Essa realidade deve começar a mudar com a implantação do novo sistema de transporte metropolitano. Nas audiências públicas realizadas para a discussão da proposta com os municípios, foi solicitada uma linha exclusiva para a UFSC, sem precisar passar pelo Ticen (Terminal do Centro de Florianópolis).



Nós vemos a proposta com bons olhos. Vamos conversar com a prefeitura de Florianópolis sobre essas linhas. Existem interpretações diferentes."

Célio Sztoltz, diretor técnico da Suderf



Bianca Arruda, 19, trocou o transporte coletivo pelo carro por causa dos atrasos e da insegurança em São José

Benefício para outras universidades

■ Pela proposta, cada cidade seria servida com trajetos diretos até a universidade. A viabilidade dessas linhas vai ser estudada pela equipe da Suderf (Superintendência de Desenvolvimento da Grande Florianópolis). "Nós vemos a proposta com bons olhos. Vamos conversar com a prefeitura de Florianópolis sobre essas linhas. Existem interpretações diferentes. Isso envolve muita negociação", diz o diretor técnico da Suderf, Célio Sztoltz. De acordo com ele, pelos estudos desenvolvidos até agora, a nova linha direta também ajudaria outras instituições de ensino.

Para a estudante de serviço social da UFSC, Vanessa Zoraide Domingos, 23, essa possibilidade iria facilitar muito a vida dos universitários. Pelas dificuldades na questão do horário, lotação e gastos excessivos com passagens, a jovem precisou trocar a Praia da Pinheira, em Palhoça, pelo bairro Trindade, em Florianópolis. "O transporte foi decisivo para eu mudar de cidade. Até porque ficar 4 horas no ônibus é muito cansativo. Pela falta de uma boa estrutura, sem linhas diretas, eu optei por morar mais próximo da universidade e evitar gastos de até R\$ 400 em tarifa mensalmente", diz.

Debate na reta final

■ O Estado apresentou a proposta da Rede Integrada de Transporte Coletivo em todos os municípios da região e pretende divulgar a proposta final até o final deste ano. "A partir de agora vamos elaborar o edital de toda a parte correspondente às concessões para mais uma etapa de audiências e colocação em consulta pública", explicou o superintendente da Suderf, Cassio Taniguchi.

O projeto quer racionalizar o sistema que hoje se caracteriza pela sobreposição de linhas municipais com intermunicipais. São objetivos também reforçar serviços locais e municipais; facilitar as conexões entre as centralidades da área continental da região metropolitana (Centro de Palhoça, de Biguaçu, Kobarzol e Campinas); e melhorar a abrangência territorial da rede de linhas. As contribuições também podem ser enviadas por usuários até dia 25 de novembro para anibus-metropolitano@gmail.com.

A segunda fase do projeto prevê a infraestrutura viária, com implantação de faixas exclusivas de ônibus e corredores para BRTs (Bus Rapid Transit) na Grande Florianópolis. A Suderf defende ainda a construção de terminais de integração em Biguaçu, São José e Palhoça, implantação do Sistema de Inteligência Operacional e Centro de Controle Operacional.

Desafio é concessão da Capital

■ Além da viabilidade econômica e técnica das novas linhas das cidades vizinhas para a UFSC, outra equação a ser resolvida diz respeito à concessão já existente na Capital. A empresa que faz o trajeto do Ticen para a universidade perderia parte do volume de passageiros. "Florianópolis é a única a ter contrato de concessão e existe uma expectativa de ganhos por parte da operadora e custos ao poder público. Por isso

essa questão precisa ser bem negociada", comenta Sztoltz.

A expectativa, de outro lado, é de que o novo sistema, além de facilitar a vida dos usuários de todos os municípios da região, também reduza o gasto dos moradores com o transporte. Junto com a linha direta para a UFSC, os municípios ainda defendem o pagamento de tarifa única local para quem não cruzar os limites das cidades e um valor diferenciado pelo porte de cada uma.

Diário Catarinense
Nós
"Espírito protestante"

Espírito protestante / Martinho Lutero / Igreja católica / 95 Teses / Fim das indulgências / Autoridade do papa / Santa Catarina / Luteranos / Religião / Cristianismo / Castelo Wittenberg / Alemanha / Reforma Protestante / João Klug / História / UFSC / Luteranismo





ESPÍRITO PROTESTANTE

HÁ 500 ANOS, Martinho Lutero dividiu a Igreja Católica com um conjunto de 95 teses que pregavam do fim das indulgências e questionavam a autoridade do papa. Em Santa Catarina, Estado com o maior sínodo do país, as ideias do monge alemão influenciaram o pensamento e a formação da identidade

EMERSON GASPERIN E LEONARDO GORGES
emerson.gasperin@somosnsc.com.br
leonardo.gorges@somosnsc.com.br

Os luteranos são poucos – 213 mil em Santa Catarina, segundo o Censo de 2010. Mas tiveram uma influência na formação da identidade do catarinense muito maior do que os 3,5% que representam da população local. Tanto que o estereótipo do nativo do Estado como uma pessoa trabalhadora, ordeira e apegada à tradição se confunde com as características atribuídas aos colonizadores alemães, dos quais a maioria seguia a religião surgida a partir de 31 de outubro de 1517. Quinhentos anos depois de Martinho Lutero ter literalmente pregado as 95 teses que dividiriam o cristianismo na porta da igreja do castelo de Wittenberg, na Alemanha, os ideais da Reforma Protestante continuam atuais.

As principais críticas do monge alemão miravam nas indulgências vendidas pela Igreja Católica na época. Por esse método, qualquer um podia ofertar uma quantia para determinada paróquia, por exemplo, em troca de uma carta da autoridade eclesial perdendo seus pecados. Lutero bateu forte na prática, que considerava “negociação da salvação”. No entanto, apesar de contestar sobretudo o poder papal, suas observações provocaram mudanças que extrapolaram o âmbito da fé.

– Lutero lutou muito pelo ensino, pelos direitos sociais e pelas liberdades individuais. Para ele, a edu-

cação era fundamental para o avanço da sociedade, meninos e meninas deveriam ter acesso à escola e a consciência do cidadão limitaria as autoridades políticas e religiosas – diz o pastor Aldo Beskow, 59 anos, 30 dos quais servindo em Pomerode.

O gaúcho da Colônia Cerrito (atualmente parte do município de Arroio do Padre) chegou ao município com a esposa, professora de alemão e de português, e a filha pequena tão logo foi ordenado. Encontrou “uma paróquia muito grande com apenas um pastor para atendê-la”. O contingente de fiéis permanece grande: a dita “cidade mais além do Brasil” é também a mais luterana de Santa Catarina, credo adotado por 46% dos 32 mil habitantes, conforme dados de 2014 do Sínodo do Vale do Itajaí. Para atendê-los, atualmente há nove pastores e uma pastora distribuídos em cinco comunidades.

Beskow pertence à Igreja Evangélica da Confissão Luterana do Brasil (IECLB), uma das duas entidades que coordenam a religião, ligada ao movimento migratório europeu e com 80% dos fiéis. A outra é a Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IELB), fruto do envio de missionários dos Estados Unidos para evangelizar os colonos. Entre as diferenças entre elas está a celebração da Santa Ceia – aberta para qualquer pessoa na IECLB, restrita a membros da igreja na IELB – e a ordenação de mulheres, permitida somente pela primeira.

De acordo com o pastor, as igrejas são autossustentáveis, mantidas por meio de contribuições “muito menores do que o dizimo”: R\$ 240 anuais por pessoa. Um décimo do que é arrecadado vai para os si-

nodos, o equivalente à arquidiocese para os católicos. A IECLB é dividida em 18 deles, sendo quatro em Santa Catarina: Centro-Sul, Norte, Uruguai (Oeste do Estado) e Vale do Itajaí, o maior do Brasil, com 85 mil integrantes. As decisões são tomadas pelo concílio e o pastor-presidente é o guia espiritual.

Pelo exercício pastoral, Beskow tem direito à casa paroquial e a um carro funcional, um Palio 2008 com 122 mil quilômetros rodados. Como salário – denominado “subsistência ministerial” –, recebe o piso estipulado pela IECLB, R\$ 5.400, reajustado anualmente pelo Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) e complementado com um abono que não pode passar de 77%, a remuneração do pastor-presidente da entidade, Nestor Paulo Friedrich. Ele pede para não revelar de quanto é o percentual extra de sua renda para evitar comentários, mas, como todo luterano que se preze, tem uma relação muito bem-resolvida com o dinheiro.

– Na medida que a gente vive neste mundo, tem que seguir as regras deste mundo, como pagar as contas – atesta.

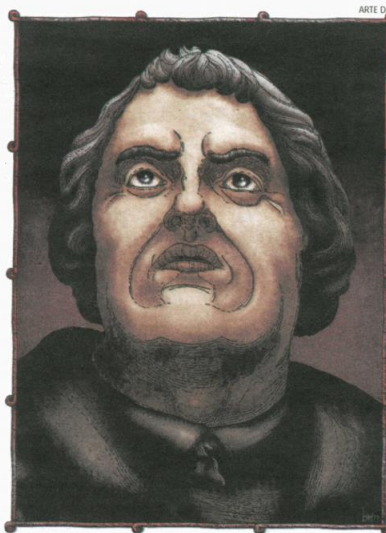


Os alemães começaram a aportar no Brasil a partir de 1824, a reboque da independência proclamada por D. Pedro I dois anos antes. A vinda de imigrantes europeus atendia aos interesses do Império em ocupar áreas pouco povoadas para garantir a posse do território nacional, “embranquecer” a população formada majoritariamente por negros e mestiços, criar uma classe média de agricultores e engrossar o Exército. Para atraí-los, o governo acenava com passagens gratuitas e lotes de terra, além de bois, cavalos, vacas, sementes, ferramentas e subsídios pagos até o início da colheita. Em 1830, porém, os incentivos foram cortados.

Esse foi apenas um dos fatores que pode ter impedido que a quantidade de luteranos em Santa Catarina fosse maior. De acordo com o professor de História da UFSC João Klug, especialista no tema, houve outros empecilhos. O primeiro ocorre justamente do período em que chegaram ao Estado, no século 19. Embora alguns protestantes já tivessem se estabelecido junto de uma maioria católica em 1829 em São Pedro de Alcântara, na Grande Florianópolis, a primeira comunidade efetivamente luterana foi criada no ano de 1847 na localidade de Santa Isabel, hoje pertencente aos municípios de Águas Mornas e Rancho Queimado.

O problema para esses colonos é que, nas décadas seguintes, eles ficaram sem um representante oficial da igreja para realizar cultos e atuar como guia espiritual. A solução foi encontrada na nomeação de pastores-colonos: geralmente pessoas com mais instrução, escolhidos pelas próprias comunidades. Afinal, como lembra Beskow, “todo aquele que foi batizado é um ‘sacerdote-geral’”. Tudo isso em um contexto em que o catolicismo era a religião do Estado.

– Até a República, o máximo que se pode dizer é que outras religiões eram toleradas. Você tinha uma igreja luterana sobrevivendo, já que a oficial era outra – afirma Klug.



QUEM FOI MARTINHO LUTERO

Martinho Lutero nasceu em 1483 na cidade de Eisleben, no centro da Alemanha. Diz a história que o medo de um raio o levou a se tornar um monge agostiniano. Em 1510, é ordenado padre, mas apenas sete anos depois, em 31 de outubro de 1517, coloca seu nome na história ao pregar na porta do castelo de Wittenberg as 95 teses em que criticava atos da Igreja Católica, em especial a venda de indulgências (compra do perdão).

Nos quatro anos seguintes, a igreja de Roma realiza concílios para tratar do assunto e exigir uma retratação, que não vem. Por fim, Lutero acaba excomungado em 1521.

Casa-se pouco tempo depois com Katharina von Bora, com quem tem seis filhos. Para o professor João Klug, entre o ato inicial de Lutero e o ano de 1648 ocorreu um redesenho geopolítico da Europa, com muitas guerras e massacres. O ponto de surgimento de uma estabilidade é a chamada Paz de Vestfália, que deu fim à Guerra dos Trinta Anos.

– O luteranismo foi se estabelecendo na Europa em um contexto de adversidades. Mas é um ato muito maior, que ultrapassa o mero campo da religião, tem consequências na política e na economia. Pode se dizer que o perfil do mundo moderno começa com a reforma de Lutero. O mapa da Europa é redesenhado, com o norte com um perfil e o sul com outro (algo que perdura até os dias de hoje) – diz Klug.

O DISSEMINADOR DE IDEIAS

Lutero provocou um terremoto na Igreja Católica, mas ele contou com a ajuda de alguns colaboradores para espalhar os seus ideais reformistas. Talvez o mais importante deles tenha sido **Johannes Bugenhagen**, o **Doctor Pomeranus** (à direita). Foi ele quem espalhou pelo norte da Alemanha e países como Dinamarca e Noruega os dogmas do protestantismo. E são justamente nesses lugares onde a religião é mais forte até hoje. Depois da morte de Lutero, em 1543, cuidou de sua família em Wittenberg, sempre mantendo também o trabalho de pastor. Se Lutero foi o cérebro da reforma, pode-se dizer que o Dr. Pomeranus foi o seu principal mensageiro.



No Vale do Itajaí, o primeiro pastor vindo da Europa apareceu em 1957 para atender toda a região, que já contava com uma população luterana significativa desde a fundação da Colônia Blumenau, oito anos antes. Daí em diante, Joinville (1851), Florianópolis (1864), Brusque (1865), Brüderthal, entre Guararirim e Jaraguá do Sul (1886), e São Bento do Sul também ganharam sacerdotes.

Nesse período, conta o professor Klug, os luteranos chegaram a ser perseguidos, já que seus casamentos não tinham validade legal e nem mesmo podiam ser enterrados nos principais cemitérios, que eram benzedidos por sacerdotes católicos e, portanto, não poderiam receber os adeptos de outros credos. No caso dos casamentos com algum católico, era necessário assinar um documento abdicando de passar a religião protestante para os filhos.

— A depender do bispo da região, essa perseguição ocorria em maior ou menor grau. Mas não era raro casos em que os luteranos eram literalmente humilhados — conta o professor.

O segundo grande golpe no protestantismo secular, e talvez o mais forte, veio no período da ditadura de Getúlio Vargas, em especial após o Brasil ter declarado guerra à Alemanha de Hitler na Segunda Guerra Mundial. A partir desse momento, o alemão, e por consequência o luterano, passaram a ser vistos como inimigos. O que se seguiu foi uma repressão brutal: proibição das línguas germânicas, fechamento da rede de escolas alemãs e uma criminalização não-oficial dos seguidores da igreja de Lutero. As marcas desse processo forçado de “nacionalização” continuaram vivas pelas décadas seguintes, com muitos luteranos escondendo a sua fé.

— Foi um grande baque na igreja. Eles viviam o que eu chamo de comensalismo institucional, com a igreja e a escola dependendo uma da outra — opina.

Diante desse quadro, Klug diz não ter dúvidas de que poderia haver muito mais luteranos no Estado do que é verificado hoje. E ele usa um dado para arrematar: dos imigrantes alemães que vieram para Santa Catarina no século XIX, cerca de 60% tinham fé luterana, contra 40% de católicos. Como a população de origem alemã supera os 2 milhões, fica claro que o número de luteranos está aquém em termos históricos.

Maior autoridade religiosa do Vale do Itajaí, o pastor sinodal Breno Carlos Willrich, 53 anos, concorda que a perseguição ao longo do tempo ajudou a reduzir o número de fiéis, mas não fica por aí. Ele também faz uma autorreflexão e diz que o luteranismo em Santa Catarina se fechou muito entre a população de origem germânica e não soube se integrar com o resto dos catarinenses e “amar os caboclos”.

— Acabamos nos fechando muito em nós mesmos e tivemos dificuldades em assimilar pessoas que não tinham a mesma origem étnica. É uma dívida histórica. Sempre fomos vistos como uma igreja de alemães e não nos abrimos para os de fora.

O pastor fala ainda que a atual geração, filha de luteranos, conseguiu fazer melhor essa assimilação e, por isso, já não se sente familiarizada com a religião:

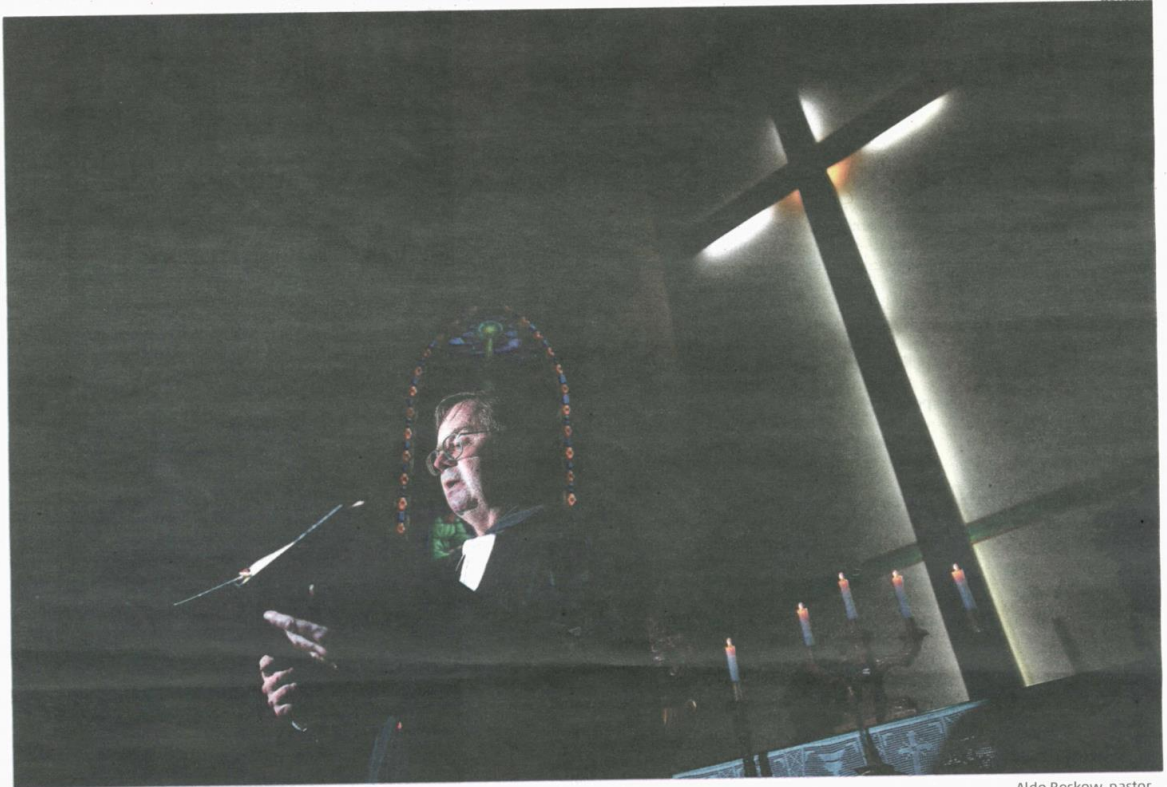
— Não oferecemos o que eles (jovens) buscam em uma igreja, justamente porque não conseguimos nos misturar o suficiente a essa sociedade.

Encarar esse cenário é justamente o maior desafio atual da igreja. Mas Willrich, cujo mandato como pastor sinodal vai até o ano que vem — na igreja luterana, os líderes regionais são eleitos para um mandato de quatro anos, com possibilidade de uma reeleição —, acredita que a saída está justamente no que ele julga ser o ponto forte da religião: a diaconia, capacidade de servir ao próximo. Esse aspecto, aliás, já é muito forte no luteranismo, que mantém escolas, asilos e hospitais. Entretanto, acredita o pastor, pode ser ainda mais expandido.

— As nossas características (de origem alemã) devem ser valorizadas, mas não limitadoras. Acredito, sim, num crescimento da igreja. Temos muito a contribuir com a sociedade. Com a nossa teologia de que não há negociação com Deus. Ele já nos deu tudo em Jesus Cristo. Cabe a nós servirmos a Ele com o amor ao próximo, pensando sempre na vida comunitária.

Outra questão recorrente tem como alvo não a reclusão dos luteranos, e sim um suposto antisemitismo de Lutero, por conta de alguns textos não lisonjeiros que ele escreveu sobre os judeus. A IECLB se manifestou a respeito na carta pastoral “Discriminação”, de 1988, e na declaração “Deus Não É Racista”, de 1992, que interpreta de forma crítica as afirmações do monge sobre o assunto.

— Não dá pra fechar os olhos para a história. No tribunal de Nuremberg (depois da Segunda Guerra), muitos oficiais nazistas repetiram: não falamos nada daquilo que Lutero não tenha falado. Mas a posição de Lutero contra os judeus tinha um teor teológico, não racial. Ele os condenava por terem rejeitado a figura de Jesus Cristo — diz Klug.



Aldo Beskow, pastor em Pomerode: a cidade mais luterana do Estado, com 46% da população fiel à religião



Em 2011, a IECLB acatou a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que passou a reconhecer a união afetiva de homossexuais como “entidade familiar”. O aborto, porém, recebeu um parecer mais rígido: “Não podemos concordar, portanto, que se dê à gestante sozinha o direito de decidir sobre a interrupção da gravidez, nem podemos permitir que seja coagida pelo parceiro, pela família ou pela sociedade. O aborto não pode ser simplesmente liberado, nem pode ser adotado como método de controle populacional”, declarou a entidade em 1997. Polêmicas à parte, a religião se mostra bem flexível em alguns aspectos.

– A partir da reforma, nós prezamos muito a liberdade das pessoas. Não há obrigação de frequentar cultos, jamais forçamos. Por outro lado, isso também é um desafio, porque muitos membros não entendem essa liberdade e se tornam negligentes. Então há um trabalho constante de divulgação e esclarecimento para que os fiéis continuem conosco e tragam novos tripulantes para o barco. Porque não fazemos proselitismo religioso, não pescamos em águas alheias – garante o pastor Beskow.



A Selo de Lutero, também conhecido como Rosa de Lutero ou Brasão de Lutero, é o símbolo mais conhecido da igreja

1 milhão

de luteranos vivem no
Brasil, dos quais

213 mil

em Santa Catarina

ESTADOS COM MAIOR
NÚMERO DE FIEIS

- 1º Rio Grande do Sul - 449.779
- 2º Santa Catarina - 213.187
- 3º Paraná - 88.467
- 4º Espírito Santo - 88.368
- 5º São Paulo - 40.255

CIDADES MAIS LUTERANAS

Brasil

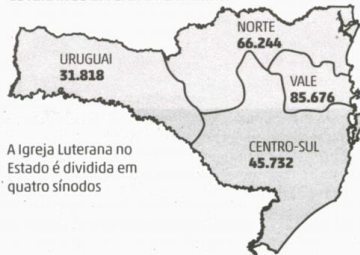
- 1º Blumenau - 23.315
- 2º Porto Alegre - 22.636
- 3º Santa Maria de Jetibá (ES) - 22.325
- 4º Joinville - 21.175
- 5º Pelotas (RS) - 19.760

Santa Catarina

- 1º Blumenau - 23.315
- 2º Joinville - 21.175
- 3º Jaraguá do Sul - 14.994
- 4º Pomerode - 11.004
- 5º Timbó - 6.224

Fonte: Censo 2010

LUTERANOS EM SANTA CATARINA



A Igreja Luterana no
Estado é dividida em
quatro sínodos

Essa liberdade, segundo ele, traduz-se na ética da responsabilidade e se expressa na participação na vida comunitária e na contribuição financeira. As pessoas são orientadas e estimuladas a tomar as suas próprias decisões diante de Deus e do próximo – sempre observando, claro, os valores evangélicos. Não existe tutela eclesial relacionada ao exercício da cidadania dos fiéis em movimentos sociais, organizações, partidos políticos ou administração pública.

A hierarquia da igreja, mais horizontal, reflete essa postura. Não há bispos, arcebispos, cardeais. Na liturgia, não há santos, embora eles sejam reconhecidos como exemplos de vida, não como intermediários entre Deus e os homens. Também não há epifanias ou milagres. Tampouco promessas, “porque não se faz barganha com Ele”.

– Nem adotamos a “teologia da prosperidade” de certos cultos evangélicos atuais que nem merecem ser chamados de igrejas. Elas se comportam como se Deus tivesse a obrigação de prover algo. É a venda de indulgência tão condenada por Lutero, só que com outro nome: “Se você contribuir com tanto, Deus vai te ajudar”.

Na última estimativa do IBGE, os evangélicos já representavam aproximadamente 22%, ou 45 milhões de pessoas. Dentre as mais variadas vertentes, os mais numerosos, sem sombra de dúvida, são os pentecostais e neopentecostais. Mas esses “novos evangélicos” – em relação aos “clássicos”, os luteranos, presbiteranos e anglicanos – são pouco influenciados pela Reforma Protestante. Pelo menos é o que diz o professor João Klug.

– Esse crescimento das igrejas pentecostais e neopentecostais nada tem a ver com o luteranismo. É o crescimento de um modelo de protestantismo autóctone. O protestantismo histórico é mais racional e menos emocional.

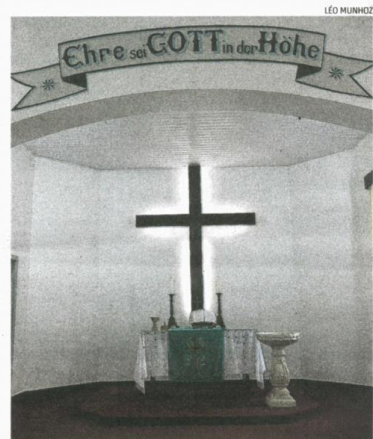
Enquanto “na Igreja Católica é preciso subir uma escada até ser aceito por Deus, tem que merecer isso”, no luteranismo o Criador não está lá em cima, acrescenta Beskow. O fiel pode se dedicar a servir a Deus na família, na sociedade, no trabalho. Lutero inclusive chegou a inventar uma palavra para isso, beruf, que significa “profissão e vocação”. Se os portugueses achavam que trabalho era “coisa de escravo”, os protestantes tinham a consciência de que esse é o único jeito de progredir.

– É o que vai levar à melhoria das condições de vida das pessoas. A graça divina é aproveitar este mundo que Deus colocou à nossa disposição, viver e deixar viver.

O empresário pomerano Marcos Fritske, 48 anos, não precisou de tantas respostas. Ou melhor, nunca fez tantas perguntas. Filho de luteranos, luterano nas-



Aula em uma escola luterana representada por gravura do início do século XVI. As crianças eram divididas em classes por idade e grau de conhecimento



Fundada em 1886, a mais antiga igreja luterana da cidade fica em Testo Alto. A inscrição significa “Glória a Deus nas alturas”.

ceu, luterano permaneceu – sem forçar a esposa, católica, a se converter. Aos dois filhos, um de 18 e outro de 13, costuma ensinar que “Deus é um só”. Com o gerente comercial Fabiano André Dahlke, 39, ocorreu o contrário. Católico de Blumenau, enamorou-se por uma luterana de Pomerode e adotou a religião dela quando casaram. Tudo muito simples e rápido: o pastor o chamou, disse que ele iria fazer parte da comunidade e pronto, sem maiores rituais.

– A gente não procura personalizar a crença em uma imagem, a fé é mais espontânea – diz.

NESTA EDIÇÃO:

EMERSON GASPERIN
Repórter
emerson.gasperin@
somosnsc.com.br

LEONARDO GORGES
Repórter
leonardo.gorges@
somosnsc.com.br

JULIA PITTHAN
Editora
julia.pitthan@
somosnsc.com.br

KARINA SILVEIRA
Designer
karina.silveira@
somosnsc.com.br

LEO MUNHOZ
Repórter fotográfico
leo.munhoz@
somosnsc.com.br

RICARDO WOLFFENBÜTTEL
Editor de fotografia
ricardo.wolff@
somosnsc.com.br

BEN AMI SCOPINHO
Designer e Ilustrador
benami.scopinho@
somosnsc.com.br



CONFIRA NOSSA VERSÃO DIGITAL
diariocatarinense.com.br/nos

CLIPPING DIGITAL

28/10/2017

Mais infraestrutura entre municípios

Mário Motta: Provas do concurso para a Rede Municipal de Ensino da Capital serão neste domingo

Crise na UFSC: MPF e CGU teriam intimidado reitora para não processar corregedor do caso Cancellier

Cientista de Santa Catarina empolga o júri do Fórum Internacional de Sustentabilidade "Green Talents" em Berlim

29/10/2017

Programação é o inglês do século XXI